

Congresso Nacional Credenciais são concedidas sem nenhum controle

BRASÍLIA — As carteiras do Congresso apreendidas com o traficante Arivaldo Minotto em Goio-erê (PR), são diferentes da encontrada com Abidiel, irmão do ex-deputado cassado Jubes Rabelo, e existem por liberalidade das Mesas da Câmara e do Senado. Ao contrário da carteira de Abidiel, condenado por tráfico de cocaína, não se trata de documento oficial do Congresso, e sim de um cartão que tem impressos as armas da República e o nome do parlamentar. Neste, qualquer um pode virar "assessor", dependendo da vontade do político.

As carteirinhas de Minotto foram assinadas pelo ex-deputado Chagas Neto (PTB-RO) e pelo senador Olavo Pires (PTB-RO), assassinado logo após vencer o primeiro turno da eleição para governador. Minotto, que se identificou como coordenador das campanhas de Jubes e Pires, mudou-se para Corbélia, cidade próxima a Goio-erê, depois que Abidiel e de Noabias, este último também irmão de Jubes, foram presos em São Paulo.

Sem controle — De acordo com um segurança graduado do Congresso, há muito tempo as Mesas da Câmara e do Senado têm sido alertadas de que é preciso acabar com documentos como os que foram apreendidos com Minotto. Durante a Assembléia Constituinte, por exemplo, cerca de 2 mil pessoas portando carteirinhas assinadas por parlamentares tentaram ocupar o Congresso durante a votação da reforma agrária. Nos documentos, havia sempre a autorização de algum parlamentar para que o cabo eleitoral entrasse no Congresso.

A assessoria do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) — que só retornará a Brasília na semana que vem —, informou que é difícil controlar os cartões. Eles podem ser impressos em qualquer gráfica. Basta o deputado preencher o nome do cabo eleitoral, "autorizá-lo" a alguma coisa e assinar o papel.